

Alguns problemas fundamentais da economia brasileira

GAZETA MERCANTIL

Paulo Yokota *

Em que pesem os problemas que estão ocupando as manchetes nos últimos dias, não podemos ignorar as profundas dificuldades da economia brasileira, cujas soluções transcendem os mandatos das atuais administrações públicas. As autoridades brasileiras anunciam o retorno do Brasil ao convívio estimulante e modernizante da comunidade econômica internacional, mas há indicações de que continuamos com um comportamento muito discrepante daqueles que procuram um espaço no mundo dos desenvolvidos.



A porta de entrada para a modernidade está sustentada por pilares como o aumento das exportações que proporciona condições de crescimento sustentável das importações de equipamentos e tecnologias, e redução do tamanho do Estado, que, proporcionando uma diminuição das despesas governamentais com pessoal e custeio, libera uma maior parcela do PIB para o setor privado, que tem demonstrado ser mais dinâmico na identificação de novas oportunidades econômicas.

As exportações brasileiras, apesar da prioridade que o atual governo afirma conceder, continuam declinando desde inícios de 1989 até hoje, num período em que o comércio internacional apresentou um apreciável crescimento de cerca de 20%. O mais dramático é que as exportações destinadas aos países desenvolvidos estão contraindo-se, enquanto as exportações para áreas de pagamentos problemáticos têm-se ampliado, principalmente nos últimos meses.

As despesas governamentais com pessoal e custeio, nos três níveis da administração pública, que, até 1984, vinham decrescendo com relação ao PIB, passaram a crescer assustadoramente, dobrando sua participação nos últimos sete anos.

Com o recrudesimento do processo inflacionário, o setor financeiro da economia está elevando a sua participação com relação ao PIB, beneficiando-se da "seigniorage". Com isso, fica reduzida a parcela remanescente do PIB disponível para as atividades agrícolas, para as indústrias e para os serviços não bancários, em que predominam as atividades privadas que se relacionam com o exterior. Acrescente-se que esses dados não incluem os espaços ocupados pelas estatais e empresas de economia mista.

Evidentemente, com as tentativas de defesa do setor privado, composto pelos assalariados e pelos empresários, na manutenção de sua participação no PIB, perpetua-se uma luta distributiva, que não permite a redução das pressões inflacionárias, mesmo com uma dura política monetária. E o desequilíbrio persistente desestimula novos investimentos, nacionais ou estrangeiros.

O Brasil, na década de 80, costumava ser comparado com os New Industrialized Countries (NIC), mas hoje os indicadores econômicos da Coreia, de Taiwan, de Singapura ou de Hong Kong estão muito acima dos nossos. Para justificar a nossa modesta performance, costumávamos considerar aquelas economias pequenas "ilhas", quase entrepostos comerciais.

Agora passamos a ser comparados aos "novos tigres asiáticos", como a Tailândia, a Malásia ou a Indonésia, e esses países apresentam dimensões territoriais e populacionais apreciáveis. Apresentam, ainda, condições geográficas similares a algumas regiões da economia brasileira, produzindo, inclusive, alguns produtos em que somos concorrentes no mercado internacional.

Contrastando fortemente com a economia brasileira, esses países estão ocupando espaços crescentes no cenário internacional, ampliando suas exportações e mantendo importações superiores às nossas, com grande ênfase em equipamentos, modernizando seu parque produtivo. Com isso conseguem manter elevadas taxas de crescimento econômico com baixas pressões inflacionárias.

Tudo indica que isso tem sido possível, em parte, pela manutenção de uma dimensão cada vez menor do Estado, pois predominam situações nas quais o crescimento do consumo do governo se dá com menor velocidade que o crescimento do total da economia.

Isso não significa a existência de um Estado fraco, mas, sim, pequeno e eficiente. O professor Yasutami Shimomura, num artigo recente no Look Japan (maio, 1992) chama a atenção para o questionamento do ajustamento estrutural (SAL — Structural Adjustment Lending), proveniente da disseminação exagerada da posição liberal, e que vinha sendo recomendado pelo Banco Mundial (BIRD) para economias como a brasileira. Essa política, perseguida pelas atuais autoridades brasileiras, tem resultado em baixos crescimentos econômicos, com elevados custos sociais.

O professor Shimomura, que também é um alto funcionário da Japan Overseas Economic Co-Operation Fund (OECF), que está financiando diversos projetos brasileiros, apóia-se nas constatações do professor Stephen Smith, da George Washington University, de que as economias do Sudoeste Asiático demonstram "que crescimentos com sucesso, liderados por exportações, têm-se baseado geralmente em ativas políticas industriais e de comércio". Shimomura constata ainda que mesmo Lawrence Summers, do BIRD, já está recomendando uma combinação de "forças do mercado livre com gerenciamentos governamentais como forma mais apropriada para manter o crescimento nas atuais condições das economias em desenvolvimento".

É fácil compreender que a recente evolução das teorias de comércio internacional, com as constatações históricas, está corrigindo os pressupostos de livre concorrência e adequado funcionamento do mercado, que nem sempre existem, principalmente nas economias em desenvolvimento. Com isso começa a constatar-se que a idéia do "market-first" é muito relevante.

A começar pela economia japonesa, depois com os "tigres asiáticos" e agora com os "novos tigres", constata-se o sucesso de uma agressiva política de exportação, induzida pelas autoridades governamentais, para promover o desenvolvimento econômico, com estabilidade monetária, mantendo a dimensão do Estado. E, no mercado internacional, hoje cada vez mais ocupado por essas economias, a entrada de novos participantes, como o Brasil, torna-se mais difícil.

O lamentável é que há al-

guns anos a economia brasileira apresentava um parque produtivo mais complexo e competitivo que o dos "tigres asiáticos". Basta comparar as indústrias automobilísticas de há dez anos. Hoje estamos competindo ainda no setor têxtil, no de alimentos e em outros que utilizam uma ampla gama de matérias-primas tropicais, mas é crescente a participação dos "novos tigres" nesses mercados.

Portanto, tudo indica que não basta as autoridades se confortarem com uma recuperação da relação câmbio/salário, como condição suficiente para a expansão das exportações no atual cenário internacional. A economia brasileira já dispôs de

mecanismos como o Beflex, compreendendo que programas relevantes de exportação necessitam de horizontes mais longos e dimensões apreciáveis para se viabilizarem. A orientação que foi desprezada necessita ser recuperada, com aperfeiçoamentos, para reverter a atual tendência das exportações brasileiras.

É fácil constatar que a parcela relevante das nossas exportações ainda depende de grandes projetos, de longa maturação, com contratos de colocação de longo prazo. Não basta aproveitarmos as oportunidades do mercado "spot" e os truques de operações financeiras.

* Economista.